

Jornal

Reparação

Dez. 2022

Nº 07

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

PRA LIMPAR, FALTA MUITO

PRA ALAGAR DE NOVO, FALTA POUCO

Rejeitos das enchentes voltam a assombrar comunidades

Páginas 4 e 5

DE OLHO NO ACORDO

Ações de reparação coletiva começam a ganhar corpo

Páginas 8, 9 e 10

MORTE DE ANIMAIS

Sem acesso a áreas de pastagens, produtores rurais vivem drama

Página 11

AÇÃO COLETIVA

Instituições de Justiça pedem liquidação dos danos individuais

Página 12

Editorial

O Nacab é uma entidade pioneira em Minas Gerais na atuação em favor de comunidades atingidas por barragens e atividades de mineração. Nascido em meados dos anos 90 como um projeto de extensão dentro da Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi há 20 anos, em novembro de 2002, que o Nacab se tornou uma organização não governamental (ONG).

São duas décadas de luta pelos direitos das pessoas atingidas por grandes empreendimentos, tendo como base o diálogo, a qualidade técnica do trabalho, a defesa do meio ambiente e da justiça social. Iniciamos esta sétima edição do Jornal Reparação saudando todos aqueles que fizeram parte dessa trajetória.

A Assessoria Técnica Independente (ATI) na Região 3 da bacia do Paraopeba é, sem sombra de dúvidas, um dos marcos mais importantes. E é dela que tratamos nas páginas a seguir. Em destaque, oficinas de comunicação popular, encontros sobre organização comunitária e o andamento do Acordo Judicial.

Apresentamos ainda duas denúncias das pessoas atingidas contra a Vale. A primeira trata da lentidão e pouca abrangência na limpeza dos rejeitos das enchentes, às vésperas de um novo período chuvoso. Já a segunda revela a morte de animais na região pela falta de fornecimento de feno e silagem.

Por fim, explicamos sobre a última movimentação processual da ação coletiva. Ela aponta o início da fase de identificação, detalhamento e valoração dos danos individuais, para o futuro pagamento das indenizações.

Desejamos uma ótima leitura!

Diretoria do Nacab

Vozes atingidas

Trecho extraído dos manuscritos de Elias Rodrigues Duarte, trabalhador do Shopping da Minhoca, em Caetanópolis

Causa justa
Causa ganha
Tem que ter alicerce
Para ter fundamento

Toda fonte precisa de sustentação
Se não tiver, seca
Quem sustenta a fonte?
O mar não seca
O rio verdadeiro não seca

Água limpa fonte
Fonte de água doce
Água doce é calmante
Todos deveriam ter um diário
...

Limpeza é vida
Pureza é verdade, é riqueza
Amar é fonte de água limpa
Amor vence tudo



Curta | **AS REDES**
Compartilhe | **SOCIAIS**
Fortaleça | **DO NACAB**

@nacabmg

nacab.org.br

Chip Dúvidas
31 99596-9065



Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2
João Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br
Telefone: (31) 3885 1794

Coordenadora Geral: Marília Andrade
Fontes

Coordenação Geral:
Alexandre Chumbinho, Irla Paula Stopa,
Lauro Fráguas, Luciano Marcos da Silva,
Marília Andrade Fontes,
Marluce de Souza Abduane

Assessora de Povos e Comunidades
Tradicionalistas: Lídia Vieira

Assessora de Mulheres: Ângela Oliveira
Gerente Administrativo Financeira:
Marluce de Souza Abduane

Gerente Socioambiental: Irla Paula Stopa
Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho

Gerente de Reparação Socioeconômica:
Luciano Marcos da Silva

Gerente de Qualidade da Água e

Avaliação de Riscos à Saúde:
Lauro Fráguas

Gerente de Comunicação:
Leonardo Dupin

Jornal Reparação

ISSN 2764-1996

Editores: Leonardo Dupin e Raul Gondim

Textos: Bárbara Ferreira,
Marcio Martins, Marcos Oliveira,
Raíssa Martins e Sarah Zuanon

Projeto Gráfico e ilustrações:
Fabiano Azevedo

Designers: Christiane Souza
e Fernando Oelze

**Assessoria Técnica Independente
Paraopeba - Escritórios**

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351,
Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã
Pará de Minas: Avenida Minas Gerais
413, bairro São José

Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana,
158, 2º andar, Centro

Participação informada

Oficinas de comunicação popular fortalecem autonomia das comunidades

Nos encontros, são apresentadas ferramentas de comunicação para denunciar as violações de direitos causadas pela Vale

Por Marcos Oliveira

Buscando promover a autonomia das pessoas atingidas da Região 3 no processo de participação informada, a equipe de comunicação da ATI Paraopeba Nacab vem realizando oficinas de fotografia, vídeo e produção de conteúdo para as redes sociais.

O objetivo principal desses encontros é instigar e instru-

mentalizar as pessoas para que elas possam divulgar suas próprias iniciativas e projetos, como também denunciar as violações de direitos causadas pela Vale.

Entre os meses de setembro e novembro deste ano, as oficinas ocorreram com jovens e adultos das comunidades de **São José (Esmeraldas), Pin-**

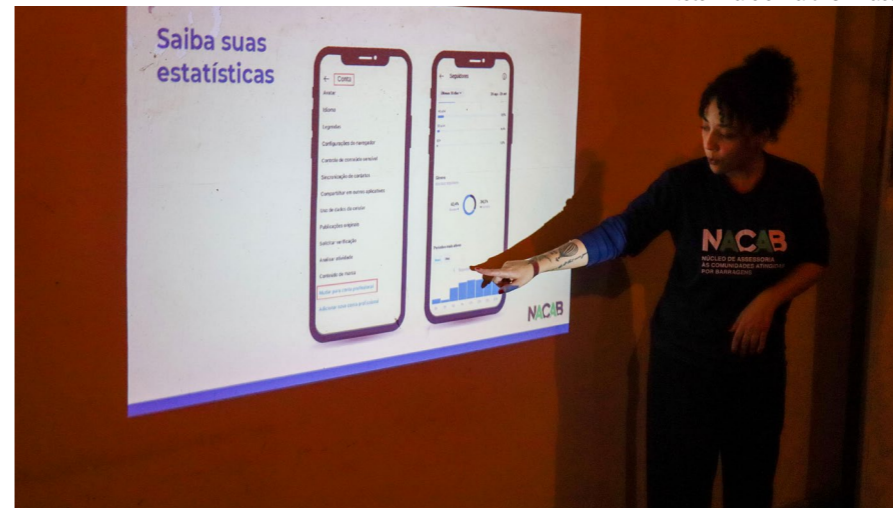
daibas (Pequi), do Shopping da Minhoca (Caetanópolis) e da zona rural de Paraopeba. Ainda em Paraopeba, foi realizada uma atividade com representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e praticantes de religiões de matriz africana, com ênfase na comunicação como instrumento de enfrentamento ao racismo.

foto: Brígida Alvim / Nacab



Oficina de fotografia realizada em Pindaibas, município de Pequi

foto: Marcio Martins / Nacab



Formação de comunicação popular, voltada para o uso das redes sociais, realizada com membros da comissão de São José, em Esmeraldas

“

A importância de produzirmos nossos conteúdos é mostrar que também temos voz, conhecimento e que sabemos falar por nós. Às vezes não sabemos muito bem o que dizer, mas temos nosso pensamento e raciocínio, então é importante estar praticando para gente aprimorar nossa forma de expressão.

Minha expectativa é criar uma experiência para fazer coisas que faço sozinha, mas ainda não estou satisfeita. Espero mais coisas que possam acrescentar em nosso aprendizado e que sejam úteis no futuro, como fazer unha, cabelo ou barba, por exemplo.

”

KATLY JENNIFER DOS SANTOS
comissão do Shopping da
Minhoca

Cheias do Paraopeba

Limpeza de rejeitos pela Vale segue a passos lentos

Início de novo período chuvoso preocupa comunidades ribeirinhas

Por Marcio Martins e Raíssa Martins

foto: Marcio Martins / Nacab

O período chuvoso começou e as pessoas que vivem às margens do rio Paraopeba estão apreensivas. Algumas das comunidades dos 10 municípios que compõem a Região 3 da bacia do Paraopeba tiveram as suas casas invadidas pela lama de rejeitos trazida pela enchente de janeiro de 2022. Esse material foi depositado nas casas e quintais das comunidades, onde permanece, em sua maioria, até hoje.

Após muitas reclamações dos moradores, foi firmado, em agosto de 2022, um Termo de Compromisso e Cooperação (TCC) entre a mineradora Vale, o Estado de Minas Gerais e as Instituições de Justiça, para limpeza dos quintais e vias públicas dos municípios de Brumadinho, Mario Campos, Betim, São Joaquim de Bicas, Juatuba e Esmeraldas.

A limpeza em Esmeraldas, único município da Região 3 incluído no TCC, começou pela



Em Esmeraldas, às vésperas do fim do prazo previsto pelo TCC, apenas 1,57% da área contemplada pelo termo havia recebido a limpeza.

comunidade de Taquaras, no dia 15 de agosto. A limpeza está prevista para acontecer também nas comunidades de Padre João, Bambus e Vinháticos. Contudo, mais de 90 dias depois, tempo previsto para conclusão de todo o trabalho, a equipe contratada pela Vale havia limpado menos da metade de toda área descrita no TCC.

“Vem o período das chuvas novamente e nos preocupamos muito com esse material amontoado, além do risco de novas enchentes e falta de limpeza dos quintais. Não aceitaremos a retirada das máquinas antes da total limpeza garantida nesse termo de compromisso”, destaca a liderança comunitária da comunidade de Taquaras, Patrícia Passarela.

O chove não molha da Vale

A empresa realizará a limpeza em apenas **4** pontos inundados na Região 3, todos no município de Esmeraldas



JUATUBA segundo a Vale, o rejeito não teria ultrapassado o município

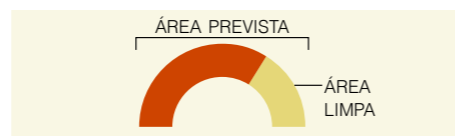
- Áreas inundadas pelas cheias de jan/2021
- Pontos onde há limpeza sendo realizada ou prevista

ÁREA INUNDADA EM ESMERALDAS:

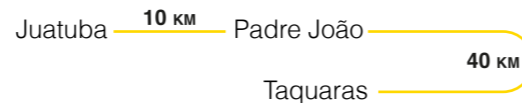
1627
hectares

ÁREA PREVISTA PARA LIMPEZA PELA VALE: **25**
hectares

DOS QUAIS APENAS **8,3**
hectares já foram limpos



DISTÂNCIAS*



*Fonte: Google Maps

Mineradora revolta moradores ao afirmar que rejeito não atingiu Região 3

Apesar de ter assinado um Termo de Compromisso e Cooperação (TCC) e de estar realizando a limpeza dos rejeitos trazidos pela enchente de janeiro de 2022 em quatro comunidades de Esmeraldas, a Vale nega que o que está sendo retirado desses locais provenha do rompimento. A mineradora nega, ainda, que o material seja tóxico.

Em reuniões realizadas em 17 de novembro, nas comunidades de Padre João e Taquaras, a empresa afirmou para as comunidades e distribuiu materiais apontando que o rejeito que desceu o rio Paraopeba não ultrapassou o município de Juatuba, na Região 2. O argumento da mineradora é que a substância encontrada às margens do rio não é exatamente



fotos: Marcio Martins / Nacab

Coleta de rejeito trazido pela enchente na comunidade de Taquaras (fev/2022)

igual àquela presente na barragem que rompeu.

A afirmação gerou revolta nas comunidades. Ana Alice Tanuri, moradora de Padre João, comunidade que fica ao lado de Juatuba, ressalta a preocupação com novas enchentes e de ter que conviver com o rejeito que ainda se encontra nos quintais das casas.

“Eu moro a mais ou menos 15 km de distância da termoeletrica

que fica em Juatuba. É o município vizinho! Eu fico pensando, será que tem um semáforo para o rejeito que o impede de ultrapassar o limite do município? Como que ele fala que o rejeito não chegou aqui, se eu estou vendo esse material diferente em nossa terra? Eu saio dessa reunião com a preocupação dessas informações serem repassadas pela comunidade e as pessoas voltarem a usar o rio e acabarem se contaminando”, destacou Ana.

“Nós não aguentamos mais essa enrolação que a Vale fica com a gente. O que nós queremos é a nossa vida de volta. Se isso não é rejeito e a lama não é tóxica, por que o meu pomar não dá mais frutos como antes do rompimento?”, questionou José Paulo, morador da comunidade de Taquaras.

O que fazer em caso de enchentes?

- Evite contato com a água do rio, ela pode estar contaminada.
- Se possível, registre tudo em fotos, vídeos e envie para o Chip-Dúvidas da ATI Paraopeba Nacab: (31) 9 9596-9065.
- Use o aplicativo Hidroweb Mobile, disponível para download na Play Store do seu celular. Nele você acessa dados sobre o volume do rio e das chuvas, além de receber alertas sobre enchentes e demais riscos.
- Se houver algum perigo, ligue para a Defesa Civil de Minas Gerais pelo 199 ou acione diretamente o plantão de atendimento pelos telefones (31) 9 9819-2400 e (31) 3915-0199.
- Para receber no celular as informações e alertas da Defesa Civil, envie mensagem de texto (SMS) para 40199, informando o CEP da sua residência ou do local desejado.



Mineradora apresenta, em Taquaras, resultado de estudos 10 meses após coleta de material

Participação informada

Comunidades e grupos da Região 3 debatem participação organizada

Encontros realizados pelo Nacab buscaram identificar formas de organização presentes na região e maneiras de potencializá-las

Por Marcio Martins e Bárbara Ferreira

A Assessoria Técnica Independente (ATI) Paraopeba Nacab realizou, ao longo dos meses de setembro e outubro, encontros nas comunidades atingidas para debater e avançar em sua organização comunitária para participação nas tomadas de decisão do processo de reparação.

Esses encontros ocorreram nos 10 municípios da Região 3 da bacia do Paraopeba.

Desde a assinatura, em 4 de fevereiro de 2021, do Acordo Judicial que definiu os rumos

da reparação dos danos causados pela Vale, as pessoas atingidas têm lutado e reivindicado maior participação das comunidades nas ações nele previstas. Agora, buscando garantir efetividade a essa reivindicação, as comunidades têm se debruçado, com apoio das assessorias técnicas que atuam na bacia do Paraopeba (Nacab, Guaicuy e Aedas), sobre a ideia de um sistema de participação que venha organizar a atuação nas ações de reparação.

“A participação social ativa e

o controle social pelas pessoas atingidas são as únicas formas de legitimação da reparação da bacia do Paraopeba. Acreditamos que a forma como as pessoas atingidas irão se organizar para garantir essa participação deve respeitar as diferenças e as limitações impostas pelo desastre-crime que afetaram suas vidas”, destacou o especialista da Secretaria Executiva da ATI Paraopeba Nacab, Daniel Nakabayashi, que vem acompanhando o processo de organização na Região 3.

foto: Marcio Martins / Nacab

Pessoas atingidas de Esmeraldas debatem modelo de organização no primeiro encontro de comissões do município



foto: Bárbara Ferreira / Nacab



Produtores rurais conheceram alternativas de produção em visita técnica a áreas de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV)

■ Respeito às particularidades

Algumas das ações que vêm sendo fortalecidas pelo Nacab são os debates e as ações voltadas para segmentos específicos, como é o caso dos produtores rurais, Povos e Comunidades Tradicionais, mulheres, juventude, entre outros. Para dar início a esse trabalho, foi realizado em outubro um encontro com produtores rurais de toda Região 3 em Florestal, na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O gerente de reparação socioeconômica da ATI Paraopeba, Luciano Marcos, explica que a ideia é seguir com ações focadas nesses grupos que possuem danos próprios a serem reparados. “Sabemos da demanda de vários segmentos ao longo da bacia e com esse momento dedicado aos produtores rurais inauguramos os trabalhos específicos. Foi um momento importante também de promover um intercâmbio entre eles e a universidade”, afirma.

Para Luciano, o trabalho focado é também uma forma de aumentar a autonomia das pessoas atingidas, fortalecer as relações e criar grupos coesos atuando em conjunto para garantir os seus direitos enquanto coletivo.

“As comissões de atingidos de Esmeraldas vêm percebendo a força de estarmos lutando juntos, com objetivos consensuais de crescimento e valorização das comunidades atingidas do município, para que tenhamos novamente o prazer de ser ribeirinhos. Vejo que estamos no caminho certo, mas temos muito a melhorar.”

HÉLIA BAEÇA,
Comunidade de Vista Alegre, em Esmeraldas

“Ainda não sei como participar, mas temos que buscar uma forma de ter reparados os danos sofridos, pois tínhamos o lazer de ir ao rio para nadar, pescar, levar nossos filhos e penso que os responsáveis têm que devolver nosso rio. Vou para casa com a expectativa de melhoria, de que ampliando a participação a gente pode conseguir o que temos direito.”

MARIA MADALENA DE MENEZES
trabalhadora da Zona Rural de Paraopeba



“Acho que o caminho é a união da nossa comunidade, a troca de informações e que a gente acompanhe tudo o que está acontecendo. Sempre participo de todas as atividades do Nacab e acho que é preciso que mais pessoas estejam acompanhando também. É assim que a gente vai entendendo as coisas e buscando direitos.”

DÁLIA MOREIRA
agricultora em Córrego de Areia, no município de Fortuna de Minas



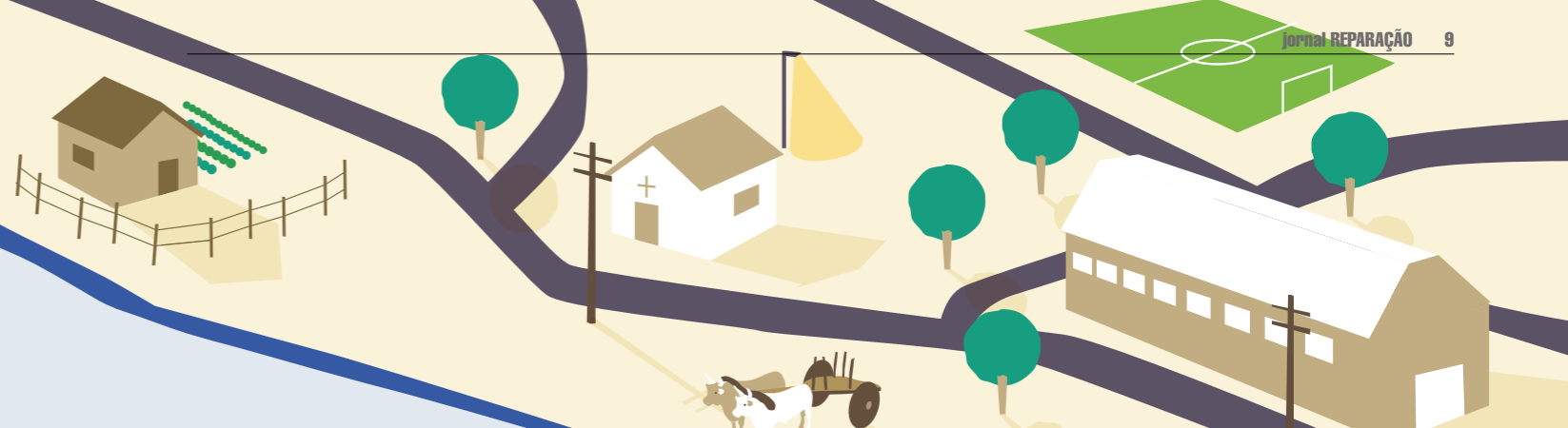
De olho no acordo

Ações de reparação começam a ganhar corpo no território atingido

Programas e projetos previstos no Acordo Judicial entram em fase de definições, enquanto comunidades atingidas fortalecem suas demandas

Por Raul Gondim

Passados quase dois anos da assinatura do Acordo Judicial que estabeleceu as ações de reparação coletiva do desastre-crime da Vale, grande parte das soluções apresentadas caminha agora para a pré-execução. Enquanto o cadastro do Programa de Transferência de Renda avança entre a população atingida (saiba mais na próxima página), os anexos 1.1 (Projetos de demanda das comunidades), 1.3 (Projetos para bacia do Paraopeba) e o Anexo 2 (Plano de Reparação Socioambiental) exigem atenção redobrada para os próximos passos.



Comunidades mapeiam e organizam forças locais para reparação

■ Durante todo o mês de novembro, a equipe do Nacab esteve em campo para realizar oficinas de mapeamento das potencialidades e reivindicações das comunidades para execução do Anexo 1.1 e do Plano de Reparação Socioambiental (PRSA), previsto no Anexo 2. O objetivo foi auxiliar na definição de linhas de atuação para os projetos que serão executados pelas próprias comunidades, a partir de demandas locais, ao mesmo tempo em que são debatidos os danos ao meio ambiente não contemplados pelo PRSA.

A agente comunitária de saúde, Maria Augusta de Castro, participou da oficina na comunidade de Boa Vista, em Maravilhas. “A expectativa que ficou é que precisamos de saúde, educação, transporte, da polícia, da prefeitura e de que precisamos pensar no futuro, para nossos filhos e netos. Eu gosto muito de participar, dar minha opinião e de estar envolvida em tudo que é bom para a comunidade e para associação”, comentou.

foto: Marcos Oliveira / Nacab



Trabalhadores da Zona Rural de Maravilhas conversam sobre possíveis parcerias locais para o processo de reparação

O QUE É?

São os chamados “**Projetos de demandas das comunidades atingidas**”. O anexo 1.1 destina R\$ 2 bilhões para projetos a serem desenvolvidos

pelos próprios municípios nos 26 municípios atingidos e R\$ 1 bilhão para linhas de crédito e microcrédito.

EM QUE FASE SE ENCONTRA?

Em outubro deste ano, as Instituições de Justiça publicaram um edital para contratação da empresa que irá gerir os recursos do anexo, com critérios para a seleção e as atribuições da futura contratada.

O processo de seleção tem sido acompanhado de perto pelas pessoas atingidas, uma vez que as comunidades têm participação prevista na governança do anexo e definição dos projetos.

Trata dos “**Projetos para a bacia do Paraopeba**”. Ele prevê R\$ 2,5 bilhões para projetos de fortalecimento das políticas públicas em 25 municípios, nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, agricultura, água, abastecimento, cultura, dentre outras. Parte desses projetos compõe o chama-

do “Pacote de resposta rápida”, que são ações emergenciais definidas pelas entidades que assinaram o acordo. Os demais projetos estão sendo escolhidos por diferentes critérios, entre eles a lista de prioridades elencada pelas pessoas atingidas na consulta popular ocorrida em 2021.

Muitos projetos do “Pacote de resposta rápida” já estão sendo executados, como o Programa de Manutenção de Estradas Rurais e Trabalhos de Recuperação Ambiental, que envolveu a entrega de maquinários. Já os projetos que passaram sob consulta popular estão em fase de pré-execução, a exemplo das obras da MG 060, que teve

seu início autorizado em evento ocorrido em setembro (foto à esquerda). Uma outra novidade foi a realização de uma consulta específica junto a Povos e Comunidades Tradicionais, que resultou em uma lista de áreas prioritárias para execução de projetos voltados para esses grupos.

O **Plano de Reparação Socioambiental da bacia do Paraopeba (PRSA)**, previsto no Anexo 2 do Acordo Judicial, tem por finalidade reparar os danos causados ao meio ambiente pelo rompimento da barragem da

Vale, visando o retorno às condições anteriores ao desastre-crime. Ele é de responsabilidade da Vale e está sendo executado pela empresa holandesa Arcadis, contratada pela mineradora.

O PRSA se encontra na fase de elaboração e não foi divulgada, até o momento, uma data para o início de sua execução. Embora não haja previsão da participação das comunidades no plano, em junho de 2022 foi solicitado pelas Instituições de Justiça às assessorias técnicas da bacia do Paraopeba a produção de

um relatório técnico com considerações das pessoas atingidas, indicando pontos de atenção, problemas identificados e eventuais sugestões. Esse documento está sendo construído pelo Nacab na Região 3 a partir de encontros e rodas de conversa com as comunidades.

ANEXO 1.1



ANEXO 1.3



ANEXO 2

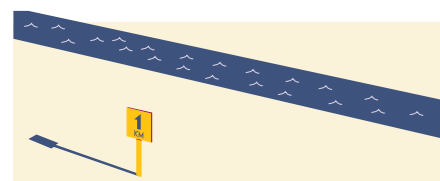


De olho no acordo

Tire suas dúvidas sobre o Programa de Transferência de Renda

Com o cadastro para recebimento do auxílio já ocorrendo em toda Região 3, respondemos aqui algumas das principais perguntas das pessoas atingidas

Desde o início deste ano, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), empresa gestora do Programa de Transferência de Renda (PTR), está realizando o cadastro para recebimento do auxílio previsto no Anexo 1.2 do Acordo Judicial de Reparação. Embora milhares de pessoas já tenham realizado o seu cadastro nas comunidades atingidas da Região 3, a demora para o recebimento dos valores do PTR tem levantado novos questionamentos no território sobre o programa. Vamos responder aqui algumas dessas dúvidas que temos recebido nos nossos canais de diálogo com as comunidades.



O que são as poligonais? Por que elas são importantes?

Segundo os critérios do PTR, para receber o auxílio, a pessoa precisa comprovar residência, na época do rompimento, em alguma comunidade localizada total ou parcialmente dentro do raio de 1 km de distância do rio Paraopeba. As poligonais são os limites geográficos que irão indicar quais comunidades estão dentro desse raio e qual a extensão territorial dessas co-

munidades. Dessa forma, será possível definir qual o público real do programa e quem pode fazer parte dele. As poligonais estão sob responsabilidade da FGV e dependem de aprovação das Instituições de Justiça. A construção delas está sendo feita a partir de dados de órgãos públicos e informações sobre o território colhidas pelas assessorias técnicas.



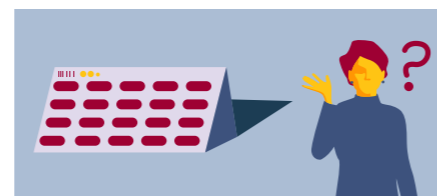
Já fiz o meu cadastro. Por que ainda não recebi?

Após o cadastro, a FGV tem um prazo de 15 dias para analisar o pedido de inclusão. Esse prazo tem sido cumprido pela fundação. Porém, após o período de análise, o pedido pode tomar diversos caminhos no processo de cadastramento que influenciam no prazo de retorno para as pessoas atingidas. A velocidade de inclusão das pessoas no programa depende de fatores, como a aprovação pelas Instituições de Justiça da análise feita pela FGV, a definição de poligonais que comprovem o direito do beneficiário e, em alguns casos, do reenvio de documentos pelos solicitantes.

Caso eu não tenha comparecido na data marcada pela FGV, eu ainda posso me cadastrar?

Sim. Além das visitas da FGV às comunidades para o cadastro, ele também pode ser feito online pelo site www.fgv.br/ptr, na seção “Meus benefícios”.

Fique atento ao calendário divulgado pela fundação no mesmo endereço eletrônico, pois ela pode retornar à sua comunidade.



Até quando ocorrerá o cadastro?

O cadastro no PTR não tem uma data-limite para encerramento. Se você tem direito ao auxílio, você pode se cadastrar a qualquer momento da vigência do programa. O tempo de vigência do PTR está vinculado à duração do recurso de R\$ 4,4 bilhões estipulado pelo Acordo. Há uma estimativa de duração de 4 anos desse recurso, se todo o público-alvo do programa for cadastrado.

Ainda com dúvidas sobre o PTR?

CANAIS DA FGV

☎ 0800 032 8022

✉ pagamentoptr@fgv.br

🌐 www.fgv.br/ptr

CANAIS DO NACAB

☎ Chip Dúvidas
(31) 99596-9065

🌐 www.nacab.org.br/ptr

Danos do rompimento

Produtores vivem situação dramática com morte de animais

fotos: Dani Drumond / Nacab

Mortes estão relacionadas à falta de fornecimento de feno e silagem pela Vale

Por Marcos Oliveira



As carcaças dos animais mortos se acumulam em propriedades atingidas pelo rejeito da Vale

Sem acesso a áreas de pastagens, produtores rurais de comunidades atingidas pelo desastre-crime da Vale têm visto seu gado perder peso e, em alguns casos, morrer de fome. Eles denunciam que a mineradora não cumpre sua obrigação de fornecer água e silagem para alimentação e dessedentação animal, na quantidade e periodicidade adequadas, àqueles que foram afetados pelo rompimento.

Após a proibição do uso da água do rio, as Instituições de Justiça e a Vale acordaram pelo cercamento das áreas impactadas pelo rejeito. Com isso, muitos produtores rurais perderam o uso de espaços antes destinados ao plantio e alimentação do rebanho, se tornando dependentes do fornecimento de água, feno e silagem. É o caso de Cláudio Augusto Barbosa, produtor rural de Paraopeba, que tem visto desolado a morte gradual de seus animais. Em setembro de 2022, ele perdeu sete cabeças de gado.

“Eles me mandam 1.000 sacos de silagem por mês e eu

preciso de pelo menos 1.800 sacos por mês, 60 sacos por dia, para dar uma amenizada. A Vale também me manda 38 fardos de feno, mas em setembro me mandaram a metade”, contou o produtor rural. Ele aponta que um dos problemas está nos critérios adotados pela mineradora para o cálculo da quantidade de silagem a ser entregue. “A Vale faz a conta de 1 rês por hectare, mas lá aguentava de 4 a 5 reses por hectare durante a seca e, nas águas, eu colocava o gado todo lá dentro, o que daria cerca de 10 reses por hectare”, criticou.



■ CALCULADORA DA ALIMENTAÇÃO ANIMAL

No mês de julho, as Assessorias Técnicas Independentes que atuam na bacia do rio Paraopeba entregaram para as Instituições de Justiça uma “Calculadora da Alimentação Animal”. Ela foi desenvolvida por técnicos das entidades e propõe novos parâmetros de cálculos para alimentação e dessedentação animal nas áreas atingidas, como tipo do animal, idade, finalidade da criação, dentre outros parâmetros. O objetivo é estabelecer uma regra precisa e indicar a quantidade adequada de alimentação para cada tipo de criação.

◀ Cláudio Barbosa, produtor da zona rural de Paraopeba, questiona os critérios adotados pela mineradora no cálculo dos insumos que ela é obrigada a fornecer

Ação coletiva

Instituições de Justiça pedem liquidação dos danos individuais

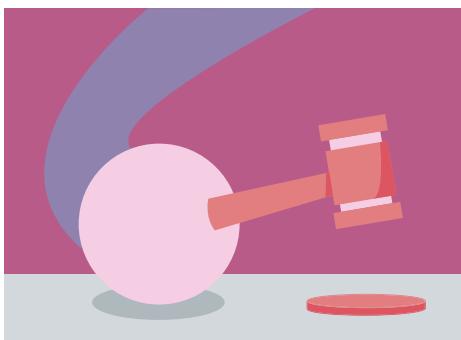
Nessa fase do processo judicial ocorre a identificação, detalhamento e valoração dos danos para o futuro pagamento das indenizações individuais

Por Sarah Zuanon

Nos meses de julho e agosto deste ano, importantes movimentações processuais aconteceram na ação coletiva que tramita contra a Vale, especialmente em relação à indenização dos danos individuais sofridos pelas pessoas atingidas pelo rompimento da barragem. Uma delas foi a decisão publicada no dia 26 de julho de 2022 pelo juiz Elton Pupo, que tratou de diversos assuntos, entre eles a questão das indenizações individuais - quantia que a mineradora deve pagar a cada indivíduo que teve prejuízos, materiais ou morais, por causa do desastre-crime.

Na decisão, o juiz confirmou que o Acordo Judicial não resolveu a questão das indenizações individuais, apenas as coletivas. Ele solicitou, então, que as Instituições de Justiça (IJs) indicassem o melhor caminho a ser tomado neste momento para dar andamento à indenização dos danos individuais. Assim, no dia 18 de agosto, as IJs apresentaram uma petição no processo, respondendo à solicitação do juiz.

No documento, as IJs lembraram que a Vale foi condenada, em 9 de julho de 2019, a reparar todos os danos causados pelo rompimento - coletivos e



“ **A liquidação é o momento de especificar quais são os danos individuais identificados nos territórios atingidos, quem são as pessoas que sofreram estes danos e quanto vale cada um deles em dinheiro.** ”

individuais, materiais e imateriais - e pediram que fosse iniciada a **fase de liquidação** dos danos individuais.

■ **Mas o que é essa tal de liquidação?**

A liquidação é o momento de especificar quais são os danos individuais identificados nos territórios atingidos, quem são as

pessoas que sofreram estes danos e quanto vale cada um deles em dinheiro. Estas informações são essenciais para que a Vale possa fazer o pagamento individualizado das indenizações.

Para realizar essa liquidação, as IJs pediram a nomeação de uma perícia judicial, isto é, uma “entidade técnica imparcial”, que deverá definir os danos individuais que serão indenizados, o preço de cada um deles, as pessoas que devem receber e a forma de comprovação do direito à indenização. Foi solicitado também que as Assessorias Técnicas Independentes (Nacab, Aedas e Instituto Guaiçuy) sejam nomeadas como assistentes do Ministério Público e da Defensoria Pública nesta fase de liquidação.

Os próximos passos serão definidos quando o juiz se manifestar sobre os pedidos feitos pelas IJs. Caso ele acolha esses pedidos, poderá haver a nomeação de uma nova perícia. As ATIs seguirão atuando para que as informações necessárias para o pagamento das indenizações sejam levantadas, apresentando a perspectiva e a realidade das pessoas atingidas e apontando questões importantes para as comunidades.

